

## AUTORITARISMO, MANIPULAÇÃO E CENSURA DO REPRESENTANTE POPULAR GETÚLIO VARGAS

## AUTORITARISMO, MANIPULACIÓN Y CENSURA DEL REPRESENTANTE POPULAR GETÚLIO VARGAS

*Gaby Gama da Mota Lima<sup>1</sup>*

### RESUMO

O presente artigo busca discutir a Era Vargas dos anos 1930-1945. Salientando para o processo construtivo de autoritarismo, manipulação e censura fortificados no Estado Novo (1937-1945). Getúlio Vargas, cristalizado historicamente populista, nacionalista, modernizador, foi também um ditador. O sistema durou 8 anos, sucumbiu, tomou nova forma e entrou para história. Diante disso, é metodologicamente embasado nas autoras Lília Schwarcz e Heloisa Starling (2015), historiadoras que se propuseram escrever uma biografia do Brasil, encarando os desafios de compreender as múltiplas possibilidades dos sujeitos, existentes numa história de longa duração, oscilando, entre os grandes nomes e aqueles nas quais a história esqueceu de mencionar. Uma biografia, como bem lembra as autoras, é sobretudo fonte histórica, pois, permite imaginar o passado e, mais do que apenas imaginar, senti-los. Mary Del Priore e Renato Venancio (2010) aparecem vez ou outra relacionando o objetivo central: caracterizar uma das facetas de Getúlio Vargas. Entretanto, verifica-se quão difícil é afirmar com exatidão seu perfil. O intuito de veras não é esse. Todavia, resgatar do passado o percurso de instabilidade econômico, ideológico e republicano fundador do Estado Novo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Autoritarismo; Manipulação; Censura; Getúlio Vargas.

### RESUMÉN

Este artículo busca discutir la era de Vargas de los años 1930-1945. Haciendo resaltar en que el proceso de construcción del autoritarismo, la manipulación y la censura fortificaron el Estado Nuevo (1937-1945). Getúlio Vargas, estratificado históricamente populista, nacionalista, modernizador, también fue un dictador. El sistema duró 8 años, sucumbió, tomó una nueva forma y pasó a la historia. Ante esto, se basa metodológicamente en las autoras Lília Schwarcz y Heloisa Starling (2015), historiadoras que propusieron escribir una biografía de Brasil, enfrentando los desafíos de comprender las múltiples posibilidades de los temas, existentes en una larga historia, oscilando, entre los grandes nombres y aquellos en los que la historia olvidó mencionar. Una biografía, como bien recuerdan las autoras, es sobre todo una fuente histórica porque permite imaginar el pasado y, más que imaginarlo, sentirlo. Mary Del Priore y Renato Venancio (2010) aparecen de vez en cuando relatando el objetivo central: caracterizar una de las facetas de Getúlio Vargas. Con todo, resulta cuán difícil es establecer con precisión su perfil. El punto real no es eso. Pero, rescatar del pasado el camino de inestabilidad económica, ideológica y republicana fundadora del Estado Nuevo.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre, 8º Período.  
E-mail: gabynamamm@gmail.com.

**PALABRAS CLAVE:** Autoritarismo; Manipulación; Censura; Getúlio Vargas.

A imagem de Getúlio Vargas ex-presidente do Brasil (1930-1956) é bastante ambígua. Em 2016, uma entrevista feita por Drauzio Varella para seu canal (com o intuito de debater assuntos relacionados à realidade brasileira), apresenta pequenas frases contundentes para pensa-lo, ditas pela historiadora Lilia Schwarcz: “Eu penso que cada um carrega o seu Getúlio. Quer dizer um Getúlio para chamar de seu. [...] Getúlio foi tudo. [...] É um político muito difícil de domesticar...”. Dito de antemão, nessas pontuações perpassam a ideia deste escrito.

Getúlio Vargas, ex-presidente do Brasil, nascido em São Borja, cidade do Rio Grande do Sul, teria já uma trajetória política: ocupando os cargos de deputado estadual, federal, ministro da fazenda no governo de Washington Luís e governador de seu estado antes de concorrer à eleição de 1930.

Com frequência, lembramos de ditadura militar apenas quando o marco temporal é iniciado em 1964. Entretanto, a gênese da fama do exército mais seu imaginário de os salvadores da pátria foi se consolidando e fortalecendo desde a desastrosa Guerra do Paraguai e Proclamação da República brasileira, chegando a Era Vargas (especificamente de 1930-1945).

A política dos governadores<sup>2</sup> criada pelo ex-presidente Campos Sales (1898 – 1902) na Primeira República repartia a alternância da presidência do Brasil entre Minas Gerais e São Paulo. O estado de São Paulo tinha o domínio da matéria-prima geradora de renda para os cofres públicos. Os cafezais faziam do estado paulista o mais importante da federação. Já Minas Gerais, com a economia voltada para o mercado interno não podia fazer frente no quesito econômico. Apesar disso, tinha um eleitorado expressivo capaz de competir para alternância da presidência.

O controle do governo federal era decidido, a partir de então, apenas pelos estados de Minas Gerais e São Paulo. Numa República onde se regulava a distribuição do poder pela hierarquização da importância das unidades da federação, a força política de um estado sustentava-se no tamanho de seu eleitorado e na conseqüente extensão de sua presença parlamentar. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 322).

Votavam na época homens, de maior idade e alfabetizados. De regime coercitivo, os resultados das eleições, apuração dos votos e as formas para obtenção era duvidosa, creditada na política dos favores. Mas, a estrutura em forma de pirâmide funcionava. Os executivos estaduais eram preenchidos pelas oligarquias locais e cada estado obedeciam às ordens centrais de

---

<sup>2</sup> Política dos governadores, café com leite e política dos Estados - são todos termos possíveis de serem utilizados para referenciar a estrutura de república implementada pelo ex-presidente Campos Sales.

alternância presidencial, na base dessa sustentação vinha a participação dos coronéis (latifundiários com grande poder nos municípios).

[...] Visto desse ângulo, e como diziam os jornais satíricos de época, o país não passava de uma grande fazenda. [...] Na engenharia institucional que sustentava as bases do acordo entre a União e os estados, as eleições presidenciais ocorriam já praticamente decididas: o presidente da República indicava o candidato oficial e esse era o nome que receberia o apoio integral dos grupos detentores de poder em todas as unidades da federação - a partir daí, era virtualmente impossível a derrota eleitoral. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 322-352).

A política dos governadores chega ao fim no governo de Washington Luís (1926-1930), embora nascido no Rio de Janeiro, representava os interesses da elite paulista. Inesperadamente quando nas convocações de novas eleições para a escolha do novo governante, Washington Luís, opta por romper com os mineiros, negando oficialmente apoio para o governador de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, conforme estabelecia o acordo de sucessão presidencial. Em contrapartida, lança a candidatura de Júlio Prestes governador de São Paulo como seu sucessor.

Até hoje, historiadores discutem os motivos que levaram Washington Luís a apostar pesado na ruptura com Minas. O presidente provaria ser um típico produto do sistema que ajudou a destruir: avesso a negociações, convencido de que a política era assunto exclusivo de uma reduzida elite que controlava o processo eleitoral e administração do país, vaidoso e muito autoritário. "Ouvir... não ouvia", escreveu o ex-deputado Gilberto Amado, em suas memórias. E completou o perfil do presidente criticando "a absoluta desconsideração pelos efeitos dos seus gestos" e atitudes na sensibilidade dos atingidos por eles. Que o prejudicado ou o repelido pudesse remorder-se, reagir - não lhe ocorria. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 352).

Em 1929, Antônio Carlos resiste e funda um arco político divergente amplo chamado Aliança Liberal, coligação das elites do - Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais - que longe de identificar o país exclusivamente com a imagem do café e seus fazendeiros buscariam o remanejamento da força política nacional. Há também a proposta de envolver os tenentes revoltosos de 1920, ao partido de oposição.

Nesse cenário, Getúlio Vargas, concorre à presidência da República pela Aliança Liberal, representando o Rio Grande do Sul. O governador da Paraíba, João Pessoa assume a posição de vice, Antônio Carlos de Ribeiro Andrada maior prejudicado pela decisão de Washington Luís fica de fora, arquitetando a desestruturação da elite paulista, foco principal da aliança entre os estados. Contudo, não conseguem a vitória nas urnas. Nas eleições 1930, ganha Júlio Prestes. Dessa forma, conforme analisa Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015) tem início às fases de conspirações e golpes.

### 1 DO PROVISÓRIO PARA DITADURA CIVIL E MILITAR DO ESTADO NOVO

Uma vez despertada aos grupos dissidentes a chance de assumir papéis no poder central, o movimento de oposição não retrocederia facilmente com os resultados das eleições, pois cogitavam o uso das armas caso necessário fosse. Nesse sentido, jovens líderes civis dos estados da aliança liberal e tenentes (jovens oficiais subalternos) estavam dispostos a juntos derrubar o governo de Washington Luís a todo custo. Dentre os oficiais – Juarez Távora, Siqueira Campos, Eduardo Gomes, João Alberto, Miguel Costa, Agildo Barata, Juracy Magalhães.

Apesar disso, nada aconteceu. A tomada do poder veio no dia 24 de julho (1930), pouco tempo depois da derrota nas eleições, João Pessoa foi assassinado com tiros. Algumas suspeitas em torno da morte incluem motivações pessoais ou políticas<sup>3</sup>. A situação é devidamente aproveitada para insinuar o crime a mando de Washington Luís, ocasionando confronto armado entre tropas legalistas fiéis ao catete e os “rebeldes”<sup>4</sup>.

As reclamações dos aliancistas ao governo anterior, abrangiam muitos âmbitos: o mecanismo de eleição impositiva, fraudulenta, a miséria, acompanhada com crise 1929 e, principalmente, o descontentamento com estilo de república onde privilegiava apenas os paulistas.

No dia 3 de novembro uma junta governativa provisória, formada por dois generais e um contra-almirante, respectivamente, Augusto Tasso Fragoso, João de Deus Mena Barreto e José Isaiás de Noronha oficializa Getúlio Vargas presidente do país.

Getúlio pendurou a farda, vestiu um terno, arrematou a fatiota com uma gravata escura e subiu as escadas do Palácio do Catete para tomar posse como chefe do governo Provisório. A mudança não era só de indumentária: com sua posse, o Executivo

---

<sup>3</sup> João Pessoa é morto pelo advogado João Dantas. Caberia pensar duas motivações como dito no corpo do texto: pessoal ou político. A mando de João Pessoa haveria a polícia invadido o escritório do advogado dito, e exposto conversas íntimas entre ele e a professora Anayde Beiriz (Acaba cometendo suicídio). Apesar disso, João Dantas era amigo do Coronel José Pereira, este andava chateado com a política de controle adotado pelo o governador, nos mandos e desmandos dos coronéis do Estado. José Pereira, atuante no município de Princesa proclama o território livre da Paraíba. Então, a polícia militar do Estado vai de encontro aos rebeldes. O Coronel Pereira obtém ajuda de Pernambuco, Rio Grande do Norte e do Catete, na figura de Washington Luís, pois pretendia intervir na região com a força federal e tirar seu principal opositor do poder, no Nordeste. Entretanto, em Belo Horizonte e Porto Alegre também articulava estratégias para ajudar na guerra interna da Paraíba, mas em apoio ao governador, João Pessoa. Contudo, acaba este morrendo.

<sup>4</sup> A aliança Liberal foi amplamente apoiada: pela força pública (Assim chamada a polícia militar da época) das regiões de coligação e por jovens lideranças civis dos estados de RGS, MG e PB. Militarmente assistido com oficiais subalternos, em sua esmagadora maioria tenentes revoltosos da década de 1920. Menos, Luís Carlos Prestes figura importante tenentista, (especificamente, com a Coluna Carlos Prestes/Miguel Costa), este não abraçou o movimento da Revolução 1930.

assumia plenos poderes e passava a ter condições de promover uma radical intervenção do sistema político. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 361).

A frágil democracia sustentada na Primeira República tinha sido definitivamente finalizada. O Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas Estaduais e Municipais são fechadas e seus eleitos demitidos. O chefe do executivo, Getúlio Vargas, centraliza o poder em suas mãos e instaura o primeiro momento de sua ditadura civil e militar, a época chamada de “governo provisório”.

Para Lilia Schwarcz e Heloísa Starling (2015), o estilo da Primeira República civil de governar, em especial, a política dos estados de Campo Sales, proporcionava o reflexo de uma política republicana elitizada. República, segundo as autoras era assunto particular de homens ricos distribuídos entre SP e MG. Além disso, levava a população votante a crença, as quais política significava na prática troca de favores. Ainda mais, os dirigentes não pensavam o bem-comum, pois para eles, república deveria servir para os estados considerados importantes da federação.

Com a ruptura, no lugar dos governadores eleitos pelo “povo”, “democraticamente” o presidente cria a ala dos interventores - Grupo de jovens lideranças civis, integrantes da força pública e militares responsáveis pelo modelo de estrutura política inaugurado. A política dos estados terminava seu ciclo. Um novo quadro de pessoas advindos da Revolução de 1930, substituiria a República anterior.

[...] Os políticos eleitos durante a Primeira República perderam seu cargo, os presidentes dos estados foram substituídos por interventores, a imprensa de oposição foi censurada – pela primeira vez, desde a constituição de 1824, todos os postos de poder no país estavam sendo ocupados por civis e militares não eleitos. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 361).

O plano de Vargas era justamente intervir na esfera política para traçar uma nova forma de incorporar os outros estados na vida pública. Para certos integrantes do golpe ou revolução, especialmente, os tenentistas, o representante do provisório deveria obrigatoriamente agir como ditador para que obtivesse êxito.

Os tenentes propunham controlar as polícias estaduais, reequipar as Forças Armadas e garantir o impulso do país para a indústria, em especial a siderurgia. Além disso, faziam coro com os setores médios e os trabalhadores urbanos que engrossaram o apoio popular à Aliança Liberal, em favor da regulação do mercado de trabalho e da elaboração de uma legislação social; eram refratários, porém em alargamento democrático da República e francamente favoráveis à ascendência do Estado sobre a sociedade. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 363).

Desse modo, Getúlio Vargas acomodava junto consigo uma ampla camada de dissidentes, seja os dirigentes civis dos estados do Rio Grande do Sul, Minas e Paraíba à ala dos tenentistas. Trata-se de um oportunista, esperando o momento mais vantajoso para agir, aliava-se com vários grupos, tentava estabilidade numa grande habilidade de “jogo de cintura”, a exemplo, como veremos mais adiante, nas formas de resolver problemas de manifestações populares.

Apesar disso, ocorre no Governo Provisório a criação das reformas sociais: As leis trabalhistas<sup>5</sup>, novo código eleitoral<sup>6</sup>, fortificação do Exército e a Criação do Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria.

Getúlio Vargas, na esperança de se contrapor ao poder oligárquico, valoriza a aliança com os grupos urbanos e, paralelamente, mantém sua aproximação com o Exército. Para cada segmento específico é traçada uma estratégia política. No caso dos trabalhadores urbanos, em 1930 cria-se o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Dois anos mais tarde, Vargas adota mudanças na legislação favoráveis ao operariado: estabelece, por exemplo, a jornada de oito horas na indústria e no comércio. (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2010, p. 255).

A consolidação das leis trabalhistas (CLT), trazia dois significados para os trabalhadores, ao mesmo tempo que melhorava as condições de vida, oprimia os sindicatos submetendo-os a tutela do Estado. Getúlio Vargas, portanto, vigiava e controlava as organizações dos trabalhadores, contribuindo na construção do perfil de “pai bondoso” e “severo” como descreve Lília Schwarcz e Heloisa Starling (2015).

[...]Se estabelecem os primeiros traços do sindicalismo corporativo. Segundo a nova determinação legal, sindicatos de patrões e operárias, divididos por categorias profissionais, ficam sujeitos às federações e confederações, que por sua vez, se subordinam ao Ministério do trabalho. O longo do seu primeiro governo, Vargas diminui cada vez mais a possibilidade de existência de sindicatos não vinculados a esse modelo. (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2010, p. 255).

Em 1932, o estado de São Paulo lidera um levante pró-constituente, pressionando Getúlio Vargas a abrir novamente o Congresso Nacional. A rebelião inicialmente contou com apoio de mineiros e gaúchos - concordavam na urgência da elaboração de uma nova constituinte, andavam desconfiados, temiam um governo provisório permanente. De fato, o presidente do provisório, não discutia a redemocratização do sistema e muito menos a elaboração de uma nova constituição posterior a de 1891.

<sup>5</sup> A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não estava prevista para o Trabalhador Rural.

<sup>6</sup> A medida inaugurava a votação secreta (impedindo o voto de cabresto das elites regionais) e a fiscalização dos trâmites eleitorais para as mãos de juízes, com a criação da Justiça Eleitoral.

Enquanto isso, a elite paulista, notoriamente carregava consigo um ressentimento pesado pelos privilégios perdidos com a Revolução de 1930. Os dirigentes de São Paulo eram responsáveis pelo salto da economia brasileira no período republicano, estavam no estado mais rico do Brasil, entretanto, não tinham mais o controle sobre a política nacional. Sem contar na irritação com o grupo de interventores estaduais e a transferência do controle da política do café<sup>7</sup>.

[...] Desde os primeiros dias, o novo presidente enfrenta forte oposição paulista, e as queixas são compartilhadas pelo tradicional PRP e pelo Partido Democrático (PD). Este último foi um elemento ativo da Aliança Liberal. Segundo os democratas paulistas, a finalidade do governo provisório era garantir reformas políticas por meio da convocação de uma Assembleia Constituinte. Apoiado nos velhos tenentistas e nos novos generais, Getúlio Vargas dar a entender que tal convocação abria caminho para o retorno das oligarquias ao poder. Descontentando ainda mais o PD, Vargas escolhe um membro das fileiras tenentistas como interventor de São Paulo. O PD faz novas tentativas, mas essas seguidamente fracassam, levando os políticos paulistas que haviam apoiado a revolução a fazer alianças com os membros do PRP, formando a frente única paulista (UFP). (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2010, p. 249-250).

Daí por diante, uma grande estrutura de combate é organizada pela elite paulista para atacar o Catete (sede da presidência), depor Vargas e abrir novamente com os laços republicanos. Mineiros e gaúchos rapidamente recuam – não correriam o risco da elite paulista voltar a liderar a política brasileira. Também não sabotariam um governante que ajudaram a colocar no poder. A reviravolta da decisão dos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul acabam por ser decisivas.

No dia 9 de julho de 1932, a tropa paulista composta pela Força Pública e guarnições federais, civis e estudantes, estacionados no Vale da Paraíba e na Serra da Mantiqueira ameaçam atacar a capital do Rio de Janeiro. Em contrapartida, a mando de Vargas, Góes Monteiro lidera a defesa do governo. São disponibilizados 80 mil homens vindos do Norte e Nordeste, entre Marinha e Exército, partem em direção a São Paulo. Contra o contingente de cerca de 70 mil homens para o confronto do outro lado. Ademais, os “rebeldes” são neutralizados, diga-se de passagem, foi preciso quase o país inteiro para conseguir vencê-los.

Em 1º de outubro de 1932, São Paulo assinou a rendição. Num gesto característico, Vargas primeiro acertou as contas: prendeu os rebeldes, expulsou oficiais do Exército, cassou direitos civis dos principais implicados no levante, despachou para o exílio as lideranças políticas e militares do estado, mandou reorganizar a Força Pública e reduzi-la ao status de órgão policial. A elite paulista estava derrotada. Sem muito alarde Vargas também consolidou sua aliança com os militares, cimentada em torno de duas promessas de médio e longo prazo: reequipar o Exército e criar uma indústria bélica nacional. Depois disso, negociou com os derrotados: nomeou um interventor civil – e paulista – para o estado, instruiu o Banco do Brasil assumir os bônus de guerra

<sup>7</sup> O assunto relativo ao café antes administrado pelo órgão estadual “Café do Estado de São Paulo” é desativado, em seu lugar o “Conselho Nacional do café” assume a postura de realizar políticas de superação da baixa do preço, ocasionada devido a superprodução, acompanhada com a crise mundial (1929).

emitidos pelos bancos de São Paulo e confirmou a convocação para Assembleia constituinte, fixando o calendário para 3 de maio de 1933. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.366).

O clima de guerra civil impulsionou a abertura da Assembleia Constituinte. A nova constituição brasileira iria reacender os laços com a República em 15 de novembro de 1933, onde uma bancada de deputados novatos trabalhou durante 8 meses para construí-la. A médica Carlota Pereira de Queirós<sup>8</sup> é exemplo da nova característica dos eleitos. Após finalizada a constituição em 16 de julho de 1934, Vargas é reeleito indiretamente, ganhando então, mais 4 anos de poder legítimo.

Ainda que lhe garantissem um mandato novo em folha e aprovassem constitucionalmente todos os atos executados pelo Governo Provisório, os deputados introduziram na Constituição algumas disposições que tiraram Vargas do sério – o texto era “monstruoso, confidenciou ele aos mais íntimos. Não era; apenas eliminava as condições do mando discricionário que ele vinha exercendo até então. O novo texto constitucional submetia o Executivo à fiscalização do Legislativo, acabava com os decretos que permitam ao chefe do Provisório substituir o Congresso na função de elaborar leis e garantia completa independência ao Tribunal de Contas. Para aumentar a irritação de Vargas, os congressistas limitaram em quatro anos o mandato presidencial e ainda vetaram a possibilidade de reeleição. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 366).

Esse quadro de inconstância republicana, somava a década de 1930, uma das mais difíceis “mundialmente” falando. A crise econômica com a queda da bolsa de Nova York (1929), mais o estabelecimento na Europa de ditadores que chegam ao poder como Hitler na Alemanha e Mussolini na Itália, trazendo consigo ideologias nazistas ou fascistas: discriminatórias, genocidas, opressoras, perpassam fronteiras e chegam no território brasileiro.

Essas ideias de políticas autoritárias vindas da Europa são incorporadas ao primeiro partido de âmbito nacional da nação brasileira a (AIB) - Ação Integralista Brasileira - criado em 1932, possuía muitos adeptos, era ideologicamente fascista e adaptado com caráter “brasileirinho”. Propagava ódio aos judeus, centralização do poder nas mãos de um líder e a glória do exército.

Assistíamos assim, o nascimento de um patriotismo de cunho repressivo. A modernidade tinha sinônimo de ditadura. Ordem e progresso, cujas bases de sustentação parecem sempre conflituosas e catastróficas para humanidade.

A AIB foi admirada inclusive por Góes Monteiro<sup>9</sup> diante da nova situação (Figura militar incisiva da Era Vargas) e mesmo pelo próprio presidente.

---

<sup>8</sup> As reformas sociais no Governo Provisório permitiram as mulheres o direito de votarem e serem votadas.

<sup>9</sup> Pedro Aurélio de Góes Monteiro (tenente-coronel), líder militar com extensos serviços prestados ao governo de Vargas. Dentre os quais a própria revolução de 1930 – Três grandes rebeliões aconteceram para a deposição do



O general Góes Monteiro, por exemplo, a mais competente e poderosa patente do Exército de então, não duvidava que o fascismo italiano apresentava a melhor alternativa para a modernização do país. [...] Vargas nesse aspecto, não discordava de Góes Monteiro e também via no integralismo uma força orgânica de governo com exacerbação dos valores da nacionalidade: exaltação da colaboração de classes e crença no ideal corporativo – pontos que reforçavam suas próprias convicções autoritárias. Mas simpatia tinha limites: enquanto Góes Monteiro defendia o monopólio das armas para o exército e não engolia nenhuma iniciativa para militar, Vargas não estava disposto a confiar num movimento que deixava explícita a intenção de governar o país, no seu lugar, o mais rápido possível. Confirmando suas suspeitas, os integralistas montaram uma estrutura hierárquica paralela à de seu governo, que incluía a criação de milícias paramilitares, o uso de propaganda em tecnologia moderna – fotografia, rádio e cinema – e um azeitado arranjo assistencialista em alguns estados e municípios. A essas alturas, Vargas sabia que era impossível ignorar o movimento. Pragmático, ele pretendia usar a máquina fascista de acordo com suas próprias conveniências e fazer do integralismo um aliado tático contra as novas forças que se organizavam na oposição – em especial, a Aliança Nacional libertadora (ANL) e os comunistas. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 368)

A Aliança Nacional Libertadora (ANL) – de número reduzido, reunia tenentistas não satisfeitos com o andamento da governança de Vargas ou aqueles tenentes não apoiadores desde o início. De frente reformista e contra o fascismo, a ANL tinha neste último ponto uma semelhança ao Partido Comunista.

A seguir, no dia 5 de julho de 1935, Luís Carlos Prestes envia um documento chamando a população, os comunistas e participantes da ANL para derrubar Vargas do poder. Lido por Carlos Lacerda, nas manifestações organizadas pelos tenentes para lembrar dos movimentos tenentistas de 1920, acaba por deixar Miguel Costa furioso, liderança da Aliança Nacional Libertadora, pois via a derrota fácil do partido frente ao governo. Vargas, não deixou barato combateu os integrantes da ANL e os comunistas, prendendo, exilando todos.

No mesmo ano acima, os comunistas realizam um levante na região do nordeste, entre Natal e Recife, porém, são vencidos pela tropa da presidência. São feitos também motim no Rio de Janeiro, especificamente no 3º Regimento de Infantaria e na Escola de Aviação militar. Pretendiam no 1º ocupar o batalhão e atacar o palácio de Guanabara e no 2º decolar com os aviões. Não deu certo, em novembro de 1935, Vargas, aproveita a ocasião pressiona o Congresso e é decretado estado de sítio.

---

governo de Washington Luís, acontecendo em regiões diferentes do Brasil, após a morte de João Pessoa – na Paraíba, Minas Gerais, e Rio Grande do Sul. Góes Monteiro, foi responsável pela neutralização das tropas legalistas riograndenses, impulsionou os rebeldes (da Força pública, jovens civis e militares subalternos de diferentes posições) a caminhar para enfrentar no município de Itararé (São Paulo), a tropa da polícia pública paulista e o exército do Rio de Janeiro. Itararé era estrategicamente caminho para as duas capitais SP-RJ. Alguns tiros são postos em campo, Washington Luís, renúncia no dia 3 de novembro de 1930.

Em dezembro, a pressão aumentou, o governo criou a comissão de Repressão ao comunismo, o General Góes Monteiro defendeu a suspensão dos direitos individuais, e os deputados aceitaram decretar o estado de guerra por noventa dias – medida prorrogada sucessivamente, até julho de 1937. O governo podia agora governar sem limitações, e levou adiante uma brutal operação, em larga escala, de busca e detenção, sem data para terminar, que jogou na cadeia milhares de pessoas – membros da ANL, comunistas, simpatizantes e qualquer cidadão que a polícia considerasse suspeito de conspiração, incluindo o popular prefeito do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 372).

Graciliano Ramos, escritor brasileiro, foi um desses presos políticos. Levado para Ilha Grande em 1936, sobre acusação de ligação com o partido comunista do Nordeste. Posteriormente, volta do exílio e escreve o livro “memórias do Cárcere”, publicado após a sua morte em 1953.

Quando as tropas legalistas chegam aos esconderijos dos comunistas acabam encontrando Luís Carlos Prestes, este é preso durante nove anos. No entanto, volta depois a liberdade e a cena política brasileira.

Com a ANL fechada e os comunistas na cadeia, Vargas liquidou as forças de oposição situadas à esquerda do seu governo; [...] Vargas também controlou milimetricamente a competição política entre seus possíveis sucessores, cuidou de não desperdiçar forças e apostou na fragilidade das práticas democráticas do país. Um plano bem urgido pegaria todos de uma vez, mas seu sucesso dependia do acerto da dosagem de alguns ingredientes – um deles a aliança com o Exército. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 373).

A dupla dos generais: chefe do Estado-maior Góes Monteiro e o ministro da guerra Eurico Gaspar Dutra próximo aos integralistas sustentariam a ditadura. Em troca, o exército seria equipado e modernizado. Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015), chamam a atenção para a combinação de elementos utilizados por Getúlio Vargas na manutenção de sua presidência: Censura, repressão, manipulação e propaganda. Dessa maneira, direcionando os brasileiros no total avesso aos comunistas<sup>10</sup>.

Os levantes de 1935 converteram-se, pelo discurso oficial, na Intentona Comunista - “intentona” significa “intento louco ou insensato” -, e uma carga injuriosa de crimes foi imputada aos rebeldes: os oficiais comunistas seriam acusados de ter assassinado friamente os próprios companheiros legalistas do 3º Regimento de Infantaria enquanto estes dormiam; o levante em Natal teria sido acompanhado por saques, depredações, invasões e estupros. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 374).

No dia 30 de setembro de 1937, circula na imprensa um documento chamado de - Plano Cohen - nele afirmava o exército ter descoberto uma conspiração escrita vinda de Moscou para

---

<sup>10</sup> O medo do comunismo insistirá em ficar na mente da sociedade brasileira, culminando em 1964, no golpe militar que levou o Brasil para 21 anos de ditadura.

invadir o Brasil e tomar o poder. O documento era falso, elaborado pelo coronel Olympio Mourão Filho, integrante da AIB. Porém, tomado como verdade e enviado para os meios de comunicação, o caminho estava aberto para o golpe fundador da ditadura civil militar do país.

No dia 10 de novembro de 1937, Vargas com o apoio do exército cerca o congresso, manda os constituintes para casa, finaliza com a tentativa de renovação com os laços republicanos (1934), e destrói com a república recém-inaugurada. O Estado Novo entra no cotidiano brasileiro e junto com ele mais 8 anos de ditadura.

## **2 DIP, CULTURA NA DITADURA E POLÍCIA ESPECIALIZADA – O ESTADO NOVO (1937-1945)**

Os efeitos da trajetória política de Vargas (1930 à 1945), seus arranjos e repressões são sentidas sob diversos âmbitos a partir de 1937. O programa totalitário incluía desde a criação de uma imprensa do/para o Estado responsável de lembrar a população dos atos de sua trajetória política - o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) - desconsiderando qualquer situação desconfortável ao ditador à uma polícia especializada em crimes políticos.

A tecnologia utilizada na Imprensa e Propaganda ajudou garantir a posse de Vargas, ao inventar uma imagem mediante o controle da informação e manipulação daquilo que circulava para o povo em geral. Para ter uma noção da organização e importância da mídia em seu governo bastaria dizer que havia tanto na capital quanto nos estados brasileiros ramificações desse departamento.

Desta forma, é perceptível que Getúlio Vargas entrou para a História não só pelos seus feitos, mas também pela possibilidade que teve de, em uma ditadura, forjar seu discurso sem vozes dissonantes. (MOURELLE, 2017)

Nota-se, pois, certos fundamentos para manutenção do Estado Novo: exército, tecnologia, patriotismo exacerbado, combate ao comunismo (inimigo de tempos da história brasileira), promessa da industrialização, as reformas trabalhistas, tempo presente sempre valorizado, a ideia construída sobre a miscigenação. Tudo isto, vinculava-se numa política autoritária.

Suas ações no campo da cultura desvalorizaram seus adversários e o passado na mesma proporção em que exaltaram o seu governo e o tempo presente. (MOURELLE, 2017)

A miscigenação exaltada no Estado Novo estava ligada a um programa de identidade nacional, existia um ponto comum de união entre os brasileiros. Contudo, usada para fortalecer o seu poder e imagem. Cultura nas palavras de Lília Schwarcz e Heloisa Starling (2015) era assunto de Estado podia ou não permanecer nos meios de comunicação.

De modo paralelo, a polícia especializada em crimes políticos perseguiu fortemente os comunistas, anarquistas, escritores, artistas e a figura do malandro. Exilou, prendeu e torturou. Por fim, a máquina de censura estava completa. Enquanto, midiaticamente parecia o Estado Novo ser a melhor alternativa para o Brasil em tempos de medo, descompassos republicanos e democráticos, viviam os brasileiros no silenciamento. Silêncio este, e apagamento repercutido historicamente em uma espécie de meia-verdade. Afinal, alguns líderes, às vezes grupos inteiros, assim como Getúlio Vargas são lembrados pelos seus feitos e esquecidos em suas condutas, em diferentes tempos da história do Brasil.

### REFERÊNCIAS

DEL PRIORE, Mary e VENANCIO, Renato. **Uma breve História do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

MOURELLE, Thiago Cavaliere. **As várias faces de Getúlio Vargas: historiografia e memória (Artigo)**. In: *Café História – história feita com cliques*. Disponível em < <https://www.cafehistoria.com.br/as-varias-faces-de-vargas>>. Acesso em 13 maio 2019.

SCHWARCZ, Lília Moritz e STARLING, Heloisa Miguel. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VARELLA, Drauzio. **Lília Schwarcz, a República e Getúlio Vargas**. 2016.(9m11s). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=5OuQGHeF4kE> >. Acesso em: 13 maio 2019.